

A BNC-Formação como Instrumento de Mercantilização da Educação: Uma Análise Crítica da Influência Privada na Formação Docente no Brasil

The BNC-Training as an Instrument for the Commodification of Education: A Critical Analysis of Private Influence on Teacher Training in Brazil

Flávia Alves Malvaccini Dias¹ & Erika do Valle Oliveira Sampaio²

¹Graduação em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), Juiz de Fora, Minas Gerais; Bacharel em Geografia, pela Universidade Federal de Juiz de Fora Mestranda em Educação pela “Fundação Universitária Iberoamericana” (FUNIBER). E-mail: flavialvesmalvaccini@gmail.com;

²Mestranda em Educação pela “Fundação Universitária Iberoamericana” (FUNIBER); Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais; Especialização em “Geografia e Planejamento Ambiental” pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). E-mail: erikavalle@bol.com.br.

Resumo: Essa pesquisa tem como tema compreender a mercantilização do processo de formação de professores no Brasil, especialmente no pós-2016, com a formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum – Formação de Professores (BNC – Formação). Ela se organiza em torno da seguinte pergunta de pesquisa: Como a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) reflete uma concepção neoliberal de educação e contribui para a mercantilização da formação docente no Brasil? Para responder essa problemática, essa investigação é de natureza qualitativa, exploratória e descritiva e será realizada por meio de uma revisão bibliográfica e uma análise documental da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que deu origem à Base Nacional Comum para Formação de Professores. Ao final, evidenciou-se que há um processo de mercantilização da educação no Brasil, que prepara os professores para treinarem seus alunos para o mercado de trabalho, na lógica da Pedagogia das Competências.

Palavras-chave: Formação de professores; BNC – Formação; Mercado; Mercantilização da educação.

Abstract: This research focuses on understanding the commodification of teacher education in Brazil, especially in the post-2016 period, marked by the formulation of the National Common Curricular Base (BNCC) and the National Common Base for Teacher Education (BNC–Formação). It is organized around the following research question: How does the National Common Base for Teacher Education (BNC–Formação) reflect a neoliberal conception of education and contribute to the commodification of teacher education in Brazil? To address this issue, the study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach and will be conducted through a literature review and a document analysis of Resolution CNE/CP No. 2, dated December 20, 2019, which established the National Common Base for Teacher Education. In conclusion, we will demonstrate that there is an ongoing process of commodification of education in Brazil, which prepares teachers to train students for the labor market, in line with the logic of Competency-Based Pedagogy.

Keywords: Teacher education; BNC–Formação; Market; Commodification of education.

1. Introdução

A formação de professores é um processo político, que envolve negociações e trocas simbólicas, nas quais estão em jogo um projeto civilizatório. Nesse contexto, os processos de formação de professores são muito mais do que espaços de aquisição de competências técnicas ou do

domínio de conteúdos específicos, mas da constituição ideológicas, que selecionam conhecimentos e práticas, que se dirigem a formação histórica de sujeitos.

As diretrizes que orientam essa formação refletem disputas entre diferentes concepções de educação, sendo atravessadas por interesses econômicos, ideológicos e culturais. Assim, formar professores é, também, formar agentes históricos, que podem tanto reproduzir quanto transformar a realidade, de acordo com os princípios e valores que sustentam o modelo de sociedade que se deseja construir.

No contexto atual do Estado brasileiro, conforme Crochick (2021), as políticas educacionais adquiriram uma conotação neoliberal, cujo foco principal é a constituição de sujeitos empreendedores de si mesmo, facilmente empregáveis e que tenham desenvolvidos as atitudes demandadas para a reprodução do capital. Nesse contexto, a formação de professores precisa estar alinhada aos objetivos de constituição de uma sociedade administrada pelo mercado.

Diante desse contexto complexo e multifacetado de formação de professores, propomos a seguir pergunta de pesquisa para esse trabalho: Como a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) reflete uma concepção neoliberal de educação e contribui para a mercantilização da formação docente no Brasil? Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar criticamente a BNC-Formação como um instrumento de avanço das políticas neoliberais na formação docente no Brasil, destacando a influência de instituições privadas na formulação e disseminação desse documento.

2 Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, ancorada na análise documental e na revisão bibliográfica. A análise documental concentrou-se na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). A escolha deste documento se deu por seu papel estruturante nas políticas públicas de formação docente no Brasil, sendo analisado em sua materialidade discursiva, com atenção ao vocabulário técnico-normativo e às orientações curriculares ali prescritas.

A revisão bibliográfica envolveu a seleção de autores que discutem criticamente a influência de racionalidades neoliberais na educação, com ênfase nos processos de formulação curricular e formação docente. Foram mobilizados, entre outros, os estudos de Parreira e Pereira (2023), Tessaro, Costa e Souza (2021), Michetti (2020), Rezer (2020) e Piolli (2019), cujas contribuições sustentam a análise crítica da relação entre as diretrizes da BNC-Formação e os interesses do mercado.

Os critérios de análise adotados foram: (1) identificação de categorias que expressam a racionalidade neoliberal na política educacional; (2) evidências de alinhamento da BNC-Formação a parâmetros internacionais e ao discurso gerencialista; (3) presença de dispositivos normativos que indicam padronização curricular, controle por resultados e redução da autonomia docente; e (4) intersecção entre os conteúdos da resolução e os interesses de atores privados e empresariais no campo educacional.

A triangulação entre o documento oficial e a literatura crítica permitiu uma leitura fundamentada das transformações na formação de professores no Brasil, destacando como a BNC-Formação se insere em um projeto mais amplo de mercantilização da educação.

3 Resultados e Discussões

3.1 Formação de Professores e Políticas Neoliberais no Brasil

Resende (2023) analisa como o neoliberalismo produz novas subjetividades a partir da lógica da dívida, especialmente no campo educacional. A figura do *Homo economicus*, central à racionalidade neoliberal, é deslocada para o *Homo in debitum*, um sujeito endividado que internaliza o controle e governa sua vida conforme os preceitos da racionalidade de mercado. Nesse cenário, a educação passa a ser entendida como investimento em capital humano, e o consumo educacional,

muitas vezes viabilizado por crédito estudantil como o FIES, funciona como uma tecnologia de governo que regula condutas individuais sob a forma do endividamento.

O autor demonstra como a economia política se infiltra em esferas não estritamente econômicas, como a educação, impondo o mercado como regime de verdade e forma de decifração da realidade. A privatização da vida e das políticas sociais, que agora recaem sobre o indivíduo, transfere a responsabilidade por riscos e fracassos para o sujeito, que se vê compelido a gerir a si mesmo como uma empresa. Esse empresariamento da vida educacional é um dos principais efeitos da racionalidade neoliberal.

Com isso, os programas de financiamento estudantil, como o FIES, deixam de ser apenas mecanismos de inclusão e passam a operar como dispositivos de sujeição. Os estudantes são interpelados como empreendedores de si, devendo investir em sua formação para aumentar seu valor como capital humano. Contudo, esse investimento os aprisiona na lógica da dívida, prolongando por anos sua submissão a uma gestão individual de seus recursos, comportamentos e expectativas. A dívida, assim, funciona como um instrumento de controle que atravessa o presente e o futuro, sequestrando a possibilidade de autonomia.

Apesar desse cenário, Resende (2023) aponta que as tecnologias de governo também suscitam formas de resistência. O próprio processo de sujeição pela dívida pode ser tensionado por práticas de liberdade e invenção de outras formas de vida que escapem ao regime de verdade neoliberal. O desafio, portanto, é desvincular o poder da verdade das formas hegemônicas em que ela opera, abrindo caminho para novos modos de subjetivação e uma educação não subordinada à lógica mercadológica.

Parreira e Pereira (2023) partem da compreensão de que o neoliberalismo atua como uma racionalidade que orienta todas as dimensões da vida, incluindo a educação, sendo responsável por impor uma lógica empresarial à organização das escolas. Essa racionalidade influencia diretamente a legislação educacional, a formação de professores o currículo, as formas de avaliação e a gestão das instituições, tratando a educação como mercadoria e esvaziando seu caráter social e emancipatório.

As autoras postulam que esse modelo é inspirado na gestão empresarial, que privilegia a eficiência e a competitividade, convertendo professores, alunos e famílias em consumidores e submetendo a educação a interesses mercadológicos e empresariais.

Um dos pontos centrais abordados pelas autoras é a influência crescente de instituições privadas e grupos empresariais na formulação de políticas públicas educacionais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a BNC - Formação são citadas como exemplo de como o setor privado tem dirigido propostas de ensino alinhadas a interesses econômicos. Como destacam Parreira e Pereira (2023), documentos como os supracitados têm sido promovidos por organizações como o movimento Todos Pela Educação e fundações empresariais, que se articulam para produzir diretrizes, materiais didáticos e planos de formação docente, gerando um mercado lucrativo em torno da educação pública.

As autoras ainda discutem como a política educacional brasileira passou a ser regida por legislações que absorvem os princípios neoliberais, como a LDB, o PNE e a própria BNC Formação. Tais marcos legais se afastam de um projeto democrático de educação pública e universal, reforçando desigualdades e privilegiando a lógica da empregabilidade e da formação por competências. Parreira e Pereira (2023) apontam que essa reorganização do sistema educacional brasileiro tem implicado na precarização do trabalho docente, na redução do papel da escola enquanto espaço crítico e na reprodução das desigualdades sociais.

A pesquisa afirma que a hegemonia da racionalidade neoliberal no campo educacional deve ser enfrentada por meio da produção de conhecimento crítico e da ampliação de estudos empíricos que deem voz aos sujeitos da escola. Parreira e Pereira (2023) defendem a necessidade de construir uma outra racionalidade educacional, comprometida com a formação integral e com os interesses das classes trabalhadoras. O estudo evidencia que a educação, sob a lógica neoliberal, perde sua função social e se torna um instrumento de reprodução das desigualdades estruturais da sociedade capitalista.

Nessa mesma perspectiva crítica, Tessaro, Costa e Souza (2021) compreendem o neoliberalismo como uma racionalidade que ultrapassa a dimensão econômica e afeta diretamente a organização social e, particularmente, as políticas públicas educacionais no Brasil. As autoras

analisam o percurso histórico do liberalismo e do neoliberalismo, destacando sua inserção nas estruturas do Estado brasileiro e sua influência na produção de conhecimento educacional e na formação de professores.

A pesquisa revela que a influência neoliberal no Brasil se intensificou a partir dos anos 1990, período marcado pela reestruturação produtiva e pela adoção de políticas focalizadas. Essas políticas priorizam a educação básica e transferem para a iniciativa privada a responsabilidade pela educação superior, reduzindo o compromisso do Estado com a garantia do direito à educação. Tessaro, Costa e Souza (2021) demonstram que essas mudanças resultam da atuação direta de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, que impõem ajustes estruturais aos países da América Latina, incluindo o Brasil, como condição para a renegociação de suas dívidas externas.

As autoras enfatizam que a agenda neoliberal impôs um novo paradigma de governança educacional, no qual o ensino é concebido como um bem de consumo. Essa lógica é acompanhada pela precarização do trabalho docente e pela padronização de currículos, além da expansão de modelos de avaliação por resultados, que fragilizam a autonomia pedagógica das escolas. O estudo denuncia que tais reformas não são neutras, mas sim políticas intencionais voltadas à manutenção das desigualdades sociais, uma vez que restringem o acesso à educação de qualidade às camadas mais privilegiadas da população.

A superação do modelo educacional neoliberal exige uma ruptura com a lógica mercantil que rege as atuais políticas. Para isso, é essencial que a sociedade compreenda o papel das agências multilaterais e dos interesses privados na definição das prioridades educacionais. A conscientização crítica e a produção de conhecimento comprometido com a transformação social são apontadas por Tessaro, Costa e Souza (2021) como caminhos possíveis para resgatar a educação como um direito social e não como uma mercadoria.

Michetti (2020) analisa como a formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil foi marcada por disputas entre diferentes grupos com interesses e capitais distintos, destacando-se a atuação de fundações empresariais e organizações privadas com forte vínculo com instituições internacionais. A autora evidencia que a educação brasileira tem sido objeto de disputas históricas, mas que, mais recentemente, o processo ganhou novas configurações com a entrada de atores ligados ao universo corporativo, especialmente por meio de parcerias, financiamento de pesquisas e eventos de formação, nacional e internacionalmente.

Michetti (2020) demonstra que fundações como a Lemann, Victor Civita, Itaú Social, Natura, entre outras, desempenharam papel central na conformação da BNCC, não apenas financiando a iniciativa, mas articulando um discurso de legitimidade por meio da participação em fóruns globais. A realização de eventos internacionais, principalmente em universidades de prestígio como Yale, Harvard e Stanford, serviu para dar um lastro técnico-científico à proposta brasileira, reforçando a influência do modelo do "common core" estadunidense e da lógica de competências padronizadas valorizadas por avaliações internacionais.

Essa internacionalização da formação curricular, segundo Michetti (2020), operou por meio de uma estratégia que ela chama de consensualização discursiva. Isso envolveu o uso de repertórios discursivos que combinavam a expertise técnica com uma aparência de participação democrática, sustentando a ideia de que a BNCC era um projeto plural e coletivo. Contudo, essa narrativa ocultava o protagonismo de instituições internacionais e o peso do capital econômico das fundações privadas que ditavam os rumos da política educacional.

A autora alerta que essa legitimação técnica e internacionalizada do documento não se deu sem resistência. Diversas entidades acadêmicas e movimentos sociais denunciaram o caráter centralizador e padronizador da BNCC, bem como a ausência de espaço efetivo para participação crítica. As críticas apontaram que a elaboração da Base refletia mais os interesses de uma elite transnacional, conectada às reformas neoliberais da educação global, do que um projeto de construção curricular ancorado nas realidades locais das escolas brasileiras.

Nesse sentido, Michetti (2020) argumenta que a influência internacional não ocorreu apenas de maneira direta, mas foi internalizada por meio da atuação de redes privadas de advocacy que

articulam atores públicos e privados. Esse arranjo criou um ambiente favorável à incorporação da expertise globalizada e à exclusão de vozes críticas consideradas "radicais", como aquelas que defendiam abordagens mais democráticas e pluralistas da educação.

3.2 Uma análise da Base Nacional Comum – Formação frente às Pedagogias das Competências

A BNC – Formação foi publicada aproximadamente um ano após a promulgação da BNCC e nasce para alinhar os processos de formação de professores aos pressupostos da Base. O principal alinhamento feito é a demanda pelos professores de se apropriarem das Pedagogias das Competências, de Perreneaud (1999), que passa a definir toda a prática pedagógica no Brasil desde 2018.

Rezer (2020) discute que é possível compreender como a lógica da Pedagogia das Competências, cada vez mais adotada como princípio de organização curricular na educação brasileira, está alinhada a uma racionalidade neoliberal que compromete a função crítica e emancipatória da universidade. O autor inicia sua reflexão destacando a importância de se compreender a universidade como espaço de pensamento radical sobre o mundo e sobre si mesma. A adoção da lógica das competências, segundo Rezer (2020), representa uma colonização do espaço escolar por princípios que priorizam a adaptação ao mercado, a resolução de problemas específicos e a performatividade em detrimento da formação humana ampla e crítica.

Por sua vez, Oliveira e Barbosa (2023) argumentam que o termo competência possui uma etimologia ambígua e complexa, sendo historicamente associado tanto à ideia de busca conjunta quanto à de competição. Ao ser alçado a princípio organizador dos currículos, o conceito perde sua historicidade e se torna um instrumento normativo, impondo uma lógica tecnicista e reducionista à formação. Essa concepção ignora que a competência é uma característica humana de segundo nível, derivada da capacidade de pensar, julgar e agir, e não uma categoria fundante da formação. Assim, torna-se inadequado estruturar todo um currículo universitário com base em um conceito que, originalmente, deveria ocupar lugar secundário.

O autor denuncia diversos efeitos colaterais da pedagogia das competências, como a desvalorização das humanidades, o fortalecimento do discurso da adaptabilidade e da competitividade e a subordinação do conhecimento à lógica da utilidade. Oliveira e Barbosa (2023) observam que, nessa perspectiva, áreas como filosofia, artes e literatura passam a ser vistas como dispensáveis, pois não oferecem retorno imediato no mercado de trabalho. A escola, nesse cenário, se aproxima cada vez mais de uma empresa, regida por critérios de eficiência e produtividade, em vez de ser um espaço de formação para a cidadania crítica e democrática.

Outro aspecto importante abordado no texto é a legalidade imposta por documentos oficiais que consolidam a pedagogia das competências, como diretrizes curriculares e avaliações nacionais. Para Rezer (2020), essas imposições legais mascaram uma lógica ideológica profundamente neoliberal, na qual o ser humano é reduzido a capital humano, treinado para se adaptar ao sistema e competir de forma eficiente. Ele questiona se a universidade contemporânea se resignará a essa lógica ou se resistirá por meio da crítica, da produção autônoma de saber e do compromisso com a transformação social.

O autor defende a necessidade de resgatar a centralidade do conhecimento como experiência de mundo comum, não como mera ferramenta para o mercado. Para Rezer (2020), formar para a competição é formar para a guerra; é preciso apostar em uma universidade que forme para a cooperação, para a paz e para a emancipação. A pedagogia das competências, longe de ser neutra, representa um projeto político que molda subjetividades e determina finalidades educacionais estreitas e instrumentalizadas. Enfrentar essa lógica exige, segundo o autor, uma postura crítica, investigativa e comprometida com a complexidade e a dignidade da experiência humana.

A BNC – Formação foi regulamentada por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que determina:

Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens

prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores: I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC; II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado (Brasil, 2019).

Conforme podemos verificar na leitura, a Resolução CNE/CP nº 2/2019, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), reflete uma clara adesão aos princípios neoliberais que orientam as políticas educacionais contemporâneas. Essa adesão se manifesta em diversos aspectos do texto, desde a ênfase na padronização curricular até a subordinação da formação docente às demandas do mercado e à lógica de eficiência técnica.

A BNC-Formação estabelece um conjunto de competências e habilidades uniformes para a formação de professores, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa padronização, embora apresentada como garantia de qualidade, segue a lógica neoliberal de homogeneização dos processos educativos, reduzindo a formação docente a um modelo técnico-instrumental (Ball, 2016).

Justamente porque define competências específicas (como "dominar objetos de conhecimento" e "gerir ambientes de aprendizagem"), a resolução submete os professores a um currículo prescritivo, que limita sua autonomia e crítica pedagógica, proletarizando seu trabalho. Com isso, ignora-se as particularidades contextuais e as desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro, tratando a formação como um processo neutro e universal.

A resolução enfatiza a efetividade das práticas pedagógicas e a necessidade de alinhamento às avaliações em larga. Essa orientação reflete a influência do gerencialismo neoliberal, que transforma a educação em um campo de resultados mensuráveis (Cury, Reis e Zanardi, 2021). A exigência de "evidências científicas" (Art. 7º, XII) e "decisões pedagógicas baseadas em dados" (Art. 8º, IX) reforça a racionalidade técnica, subordinando a formação docente a critérios de produtividade e eficiência. Além disso, a flexibilização da carga horária para segunda licenciatura (Art. 19) e formação pedagógica para graduados (Art. 21) pode ser interpretada como uma adaptação às demandas do mercado, priorizando a formação rápida e fragmentada em detrimento de uma formação crítica e integral.

3.3 Alinhamento da BNC – Formação aos interesses do mercado

A BNC – Formação mostra seu compromisso com o mercado e com a reprodução do capital ao atrelar a aprendizagem a metas, indicadores e resultados, reduzindo a lógica do direito à educação ao neoliberalismo. Podemos verificar isso no trecho a seguir:

Art. 12. III - metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, e que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem;

VI - interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo MEC e pelas secretarias de Educação (Brasil, 2019).

A lógica das avaliações externas, demandas pela resolução em análise, é uma forma de colonização da educação brasileira pelo mercado, especialmente organizações do capital neoliberal internacional. Elas reduzem o trabalho docente a um treinamento para provas e transforma também a formação docente em um processo de adaptação, não de transformação.

Pioli (2019) analisa o processo de mercantilização da educação no Brasil pós-golpe institucional de 2016, destacando como as reformas educacionais implementadas nesse período aprofundaram a submissão da educação aos interesses do mercado. O autor argumenta que o golpe marcou a ascensão de uma agenda neoliberal, com medidas como a Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, e a Desvinculação das Receitas da União (DRU), reduzindo os investimentos em educação e saúde. Essas políticas, alinhadas ao programa "Ponte para o Futuro", priorizaram ajustes fiscais e privatizações, desmontando direitos sociais consolidados na Constituição de 1988.

Pioli (2019) destaca o papel central do movimento "Todos pela Educação", liderado por empresários, na formulação de políticas educacionais baseadas em critérios gerencialistas e meritocráticos. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação (PNE) incorporaram metas quantitativas e avaliações externas, como o IDEB, reforçando a lógica de mercado. Essas medidas favoreceram a expansão do setor privado, especialmente no ensino superior, por meio de programas como FIES e PROUNI, que transferiram recursos públicos para conglomerados educacionais lucrativos

Na educação básica, Pioli (2019) analisa como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio abriram novas oportunidades de negócios para o setor privado, com a produção de materiais didáticos, consultorias e plataformas de ensino. A reforma, ao flexibilizar o currículo e ampliar a carga horária, incentivou a adoção de modelos padronizados e a terceirização de serviços, beneficiando grandes grupos educacionais. O autor alerta para os riscos da EaD como ferramenta de precarização e exclusão.

Pioli (2019) discutiu que o pós-golpe acelerou a mercantilização da educação, subordinando-a aos interesses do capital e fragilizando seu caráter público e democrático. As reformas implementadas, embora justificadas pela suposta falta de recursos, consolidaram um modelo de gestão empresarial, com foco em resultados quantitativos e lucratividade. O autor enfatiza a necessidade de resistência para garantir a educação como direito social, contra a hegemonia do mercado.

4 Considerações Finais

Essa investigação nasce da demanda de entender o impacto na formação de professores dentro do processo de mercantilização da educação que vive o Brasil. Propomos, para dar início, a seguinte pergunta de pesquisa: Como a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) reflete uma concepção neoliberal de educação e contribui para a mercantilização da formação docente no Brasil? Argumentamos que a BNC – Formação é um projeto de Estado que tira a autonomia docente e proletariza seu trabalho, ao limitar o trabalho docente aos treinamentos de habilidades e competências definidos na BNCC e que serão objeto de as avaliações externas.

Ainda, nosso objetivo geral de pesquisa foi analisar criticamente a BNC-Formação como um instrumento de avanço das políticas neoliberais na formação docente no Brasil, destacando a influência de instituições privadas na formulação e disseminação desse documento. Mostramos que instituições do mercado financeiro, além de associações civis sem fins lucrativos, em especial o Movimento pela Base (MpB) e o Todos pela Educação (TpE) e, individualmente, institutos e fundações familiares e empresariais, como o Bradesco e Itaú, têm um amplo espectro de influência nas políticas educacionais brasileiras.

No que se refere ao nosso primeiro objetivo específico de pesquisa, investigamos, a partir de documentos oficiais e institucionais, as origens, os fundamentos e os atores envolvidos na elaboração da BNC-Formação. Mostramos que instituições como a OECD e o Banco Mundial, em troca de novos empréstimos e negociações, demandaram da tecnoburocracia estatal um novo padrão de acumulação de capital, por meio de políticas educacionais neoliberais.

Finalmente, discutimos como a BNC-Formação incorpora princípios neoliberais e contribui para a mercantilização da formação de professores, em especial por meio da atuação de organizações de mercado e da apropriação da Pedagogia das Competências como modelo de ensino e aprendizagem.

A saída dessa lógica nefasta, em que os professores se transformam em proletários do capital, é a ruptura epistemológica com o capitalismo enquanto ideologia de formação de seres humanos e a busca de estratégias dentro das pedagogias emancipatórias.

Referências

BALL, S. J. *Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 46-49, 20 dez. 2019. Republicada em: DOU, 10 fev. 2020, seção 1, p. 87-90.

CROCHICK, J. L. Educação, neoliberalismo e/ou sociedade administrada. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e80472, 2021. Disponível em: scielo.br/j/er/a/Jbh9vxXVdWdSrG9cSLy6fcg/?format=pdf. Acesso em: 29 jun.2025.

CURY, C; REIS, M. e ZANARDI, T. *Base Nacional Curricular Comum: bases e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2019.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIOLLI, Evaldo. O processo de mercantilização da educação e o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil pós-golpe institucional de 2016. *Revista Exitus*, Santarém, v. 9, n. 1, p. 17-33, jan./mar. 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 28, n. 2, p. 193–212, maio/ago. 2017. DOI: 10.1590/1980-6248-2016-0097. Acesso em: 9 jul. 2025.

RESENDE, Haroldo de. Do Homo Economicus ao Homo in Debitum: efeitos do neoliberalismo na educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 48, e109657, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236109657vs01>. Acesso em: 9 jul. 2025.

REZER, Ricardo. Pedagogia das competências como princípio de organização curricular: “efeitos colaterais” para a educação superior. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, v. 45, e35.008, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644435008>. Acesso em: 30 jun. 2025.

TESSARO, Nádia da Silva; COSTA, Maria Luisa Furlan; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. Neoliberalismo em questão: influências no campo educacional brasileiro e na produção do conhecimento. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 56, p. 1–15, e10727, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n56.10727>. Acesso em: 30 jun. 2025.